

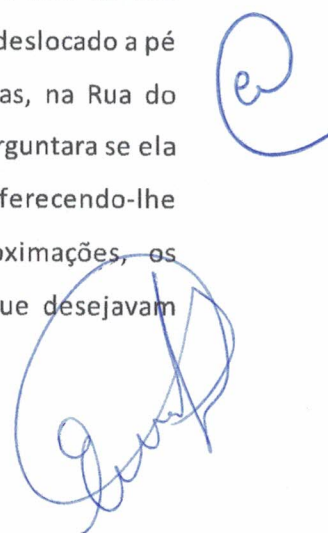
Ata da Audiência Pública

Comissão da defesa da criança e do adolescente, das pessoas com deficiência e do idoso.

Casos de assédio sexual, furto, coação, perseguição e ameaça a crianças, adolescentes e idosos no Centro Histórico.

Às dezenove horas e quinze minutos do dia dezenove de dezembro de dois mil e vinte e dois iniciou-se a Audiência Pública sobre “casos de assédio sexual, furto, coação, perseguição e ameaça a crianças, adolescentes e idosos no centro histórico”. A abertura foi conduzida pelo Presidente da Comissão de Defesa da Criança, do Adolescente, das Pessoas com Deficiência e do Idoso - Vereador Eduardo do Blog, cuja fala será transcrita a seguir: "Senhoras e senhores, boa noite! Esta Casa Legislativa abre suas portas hoje para uma Audiência Pública cujo objetivo é discutir sobre casos de assédio sexual, furto, coação, perseguição e ameaça a crianças, adolescentes e idosos em locais da Cidade, como o Centro Histórico e Itaipava. Abro oficialmente esta Audiência lembrando que estamos em conformidade com o edital nº 045/2022. Fizemos duas inserções em nosso Diário Oficial e divulgamos este encontro em nossos meios de comunicação e site oficial da Câmara Municipal. Vale ressaltar que esta Audiência foi motivada pelos relatos de famílias de criança, adolescentes, mulheres e idosos que foram vítimas de casos de assédio, coação, perseguição, roubo e ameaças por parte de pessoas que apuramos serem de outros Municípios e selecionaram Petrópolis, especialmente o Centro, Itaipava e o bairro Quitandinha para cometerem crimes, tratando-se de criminosos disfarçados de vendedores que se valem de diversos artifícios para constrangerem a população, muitas vezes mediante violência e ameaças. Não cabe ao Poder Legislativo julgar ou aplicar penalidade, mas é dever deste Parlamento defender o direito de ir e vir da nossa população, bem como apontar quaisquer abusos percebidos, tratando-se da segurança de nossos filhos. Os comerciantes que foram vítimas de duas tragédias neste mesmo ano agora vêem seus investimentos, mais uma vez, ameaçados, desta vez por vendas irregulares de produtos piratas e seus clientes incomodados, muitas vezes ameaçados e constrangidos por elementos que, repito, conforme já falamos, são de outros Municípios e estão aqui de forma organizada. Não pretendemos generalizar a situação, sabemos que muitos vendedores de rua devidamente legalizados são trabalhadores honestos que apenas buscam sua subsistência em meio a uma economia fragilizada por diversos fatores. Inclusive estes estão sendo prejudicados pela ação criminosa em Petrópolis, sendo estigmatizados injustamente por atitudes de terceiros que buscam vantagens ilícitas. Estes crimes não podem ser

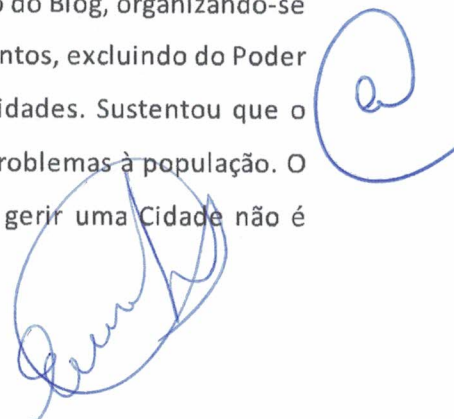
ignorados, muitos deles não foram notificados às autoridades policiais por isso também é nosso dever orientar a população para que o Estado possa mapear as ocorrências e agir de forma adequada. Confio nas Polícias Civil e Militar, confio na Justiça. Apesar da competência das autoridades, informações sobre eventuais ocorrências precisam alcançá-las. Esta Audiência Pública, além de buscar soluções, se presta a orientar a população sobre como se deve proceder para que as notícias cheguem às autoridades competentes e assim possam tomar as medidas cabíveis. Precisamos nos erguer para defender a paz em nosso Município e não será fingindo não ver os problemas, se omitindo ou nos amedrontando que chegaremos à solução. Ninguém quer, ninguém respeita um líder fraco. Quem está aqui agora assumiu a frente de um problema que pode envolver menores de idade gerar grande mobilização e comoção, mas é necessário agir agora. Senhoras e senhores eu gostaria de lembrar que esta Audiência está sendo transmitida pela TV Câmara no canal 98 e pelo nosso canal no *YouTube* e também pelas nossas redes sociais. Esta Audiência Pública será registrada e a ata será publicada posteriormente em nosso *site*. Lembrando que após a fala de todos os participantes teremos um tempo para formulação de perguntas e pedidos de esclarecimentos." Em seguida o Ilmo. Vereador Presidente da Comissão da Defesa da Criança e do Adolescente, das Pessoas com Deficiência e do Idoso - Eduardo do Blog fez a apresentação dos componentes da mesa: Suany Pitora - Conselheira Tutelar do Município de Petrópolis, Ana Cristina e Adilson de Azevedo - pais de uma adolescente, Marina Toth - mãe de uma criança, Marinete Aparecida - também mãe, Paulo de Azevedo - empresário que mobilizou as mães e requereu a audiência, Alvanei Abi Daoud - Presidente do Conselho Comunitário de Segurança, Marcelo Fiorini - Presidente do SICOMÉRCIO, Heitor Carneiro - Representante do SICOMÉRCIO, pólo da Rua Dezesseis de Março e adjacências e Major Joel do 26º BPMERJ. O Vereador Eduardo do Blog aproveitou a ocasião para destacar a presença do também Vereador - Sr. Leonardo França, vice-líder do Governo e muito próximo ao Prefeito Rubens Bomtempo. Ressaltou que mesmo sendo "Vereador da situação", Leonardo França estava participando para atuar em conjunto pelo bem da população, para os comerciantes e, principalmente, para melhorar a segurança da população e garantir o direito de ir e vir. O Vereador Eduardo do Blog convidou para o uso da palavra a Sra. Ana Cristina que iniciou sua fala relatando ser mãe de uma adolescente de 14 anos. Narra que, há cerca de três semanas atrás, a filha teria se deslocado a pé para a terapia na Monsenhor Bacelar e, na volta, por volta das dezesseis horas, na Rua do Imperador, próximo à *Lojas Americanas*, teria sido abordada por um rapaz que perguntara se ela poderia comprar leite *Ninho* para seu filho. Em seguida aproximou-se outro rapaz oferecendo-lhe balas e depois outro deles oferecendo-lhe algum produto. Após as aproximações, os "vendedores" teriam cercado-a, intimidando-a e dizendo que ela era bonita, que desejavam



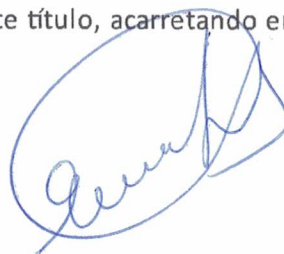
namorá-la, entre outras investidas e assédios. Segundo a mãe, a jovem sequer teve estômago para repetir-lhe o que teriam lhe dito, dada a enorme vulgaridade de seus dizeres. A jovem, ainda nervosa, conseguiu se desvencilhar dos indivíduos, chegando em casa extremamente abalada. Ana disse que a filha desenvolveu medo de ir à terapia sozinha. Disse ainda que a filha já havia sido abordada outras vezes, sendo que em uma das ocasiões o vendedor teria apertado seu braço para insistir a venda. A mãe disse que se reuniu com outras mães de alunos do Colégio Bom Jesus no *WhatsApp*, descobrindo por lá que o assédio ocorria com outros menores. Os responsáveis decidiram buscar providências do Poder Público. Ana disse que não é petropolitana, porém escolheu a Cidade como lar pela segurança e pela tranquilidade. O Vereador Eduardo do Blog passou a palavra para a Sra. Marina Toth, mãe de um adolescente de 13 anos. A responsável destacou ocorrido semelhante com seu filho: Ele realiza trajeto pela Rua Dr. Nelson de Sá Earp para chegar ao colégio na Avenida Ipiranga, valendo-se, por vezes, do caminho pela Rua Irmãos D'Angelo. No ocorrido, ele caminhava pela Rua Dezesesseis de Março onde aproximou-se um rapaz para tentar vender-lhe balas. O filho teria afirmado não estar com dinheiro, momento no qual um segundo "vendedor" teria se aproximado, exclamando que precisavam de dinheiro e que, caso não conseguissem, esfaqueariam o rapaz. O menor, desesperado, disse aos criminosos que realizaria um *PIX* para que o poupassem. Em casa, a situação foi relatada à mãe, informando-se ainda que não teria sido a primeira vez que algo do gênero acontece. A Sra. Marina passou a conduzir o filho à escola, bem como buscá-lo. A princípio achou que era um caso isolado, até conversar com outras mães, concluindo que a situação era frequente. Afirmou que alguns filhos não chegam a contar este tipo de situação aos pais por sentirem-se constrangidos. Destaca que a situação afeta, inclusive, a economia da Cidade, espantando clientes pelo receio de assédio ou aborrecimento. A Sra. Marina diz ser moradora de Petrópolis há mais de quarenta anos, destacando a habitual tranquilidade do Município, ora prejudicada. Dona Marina procurou, junto à Polícia Militar, informações sobre como proceder nessas situações, sendo informada que não seria possível a atuação da Polícia por ausência de flagrante. Por fim, salientou que os direitos destes indivíduos não podem prejudicar os direitos dos petropolitanos. Neste momento, o Vereador Leonardo França pediu a palavra que foi concedida pelo Vereador Eduardo do Blog. Leonardo França perguntou à Sra. Marina se ela teria estabelecido contato com o Conselho Tutelar ou com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Sra. Marina respondeu que não, destacando que outros responsáveis, inclusive, manifestam descredibilidade em relação ao Poder Público na solução deste imbróglio. Expressou dúvida acerca dos trâmites a serem seguidos acerca das ocorrências. O Vereador Leonardo a instruiu a fazer uma Denúncia por escrito para que eles possam enviá-la ao Conselho Municipal de



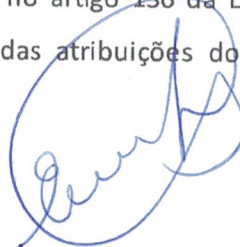
Segurança, possibilitando um trabalho mais eficaz nos locais de ocorrência. Marina destacou o aumento de vendedores ambulantes nas ruas. Marina requereu ao Vereador que divulgasse os trâmites a serem seguidos, dada sua enorme importância à sociedade civil. O Vereador Eduardo do Blog agradeceu a participação do Vereador Leonardo França, e disse ter colhido orientações junto ao Major Joel do 26º BPM, cujo teor seria repassado pelo próprio Major ao final dos depoimentos. Destacou a importância dos registros criminais para controle e organização das forças policiais. Passada a palavra à Sra. Marieta Aparecida, disse que, inicialmente, a filha de catorze anos não havia lhe informado nada. Quando a esposa do Sr. Paulo relatou no grupo de *WhatsApp* o que havia ocorrido com o filho da Sra. Marina, a depoente indagou sua filha se ela tinha conhecimento do episódio. A filha respondeu que o colega havia feito um *PIX* para os ambulantes. Disse ainda que muita gente estaria passando por isso, que os "vendedores" ameaçam pessoas nas ruas, tendo, inclusive, acontecido com a própria menina que teria sido verbalmente agredida diante da negativa de compra. Mineira, Marieta diz ter sido atraída a Petrópolis pela segurança. Sustenta que estes episódios prejudicam a autonomia dos filhos. Destaca que muitos vendedores também são adolescentes, tendo garantidos seus direitos. O que não pode ocorrer, segundo a mãe, é o prejuízo dos direitos de seus filhos por força dos "direitos" dos ambulantes. Diz que as meninas têm mais facilidade de chegar em casa e contar o que está acontecendo, já os meninos têm uma dificuldade em contar por, em suas mentes, "invalidar sua masculinidade". Disse que sua filha afirmou que um dos vendedores, um adulto, é um cara legal, o que denuncia a ingenuidade dos menores, sem costume de ver maldade nas coisas por viverem em uma Cidade pacífica. Passada a palavra ao Sr. Paulo Azevedo, disse que há tempos vê casos do tipo na Cidade, notando-se o aumento de flanelinhas no Quitandinha e no Centro Histórico. Destaca se tratar de uma prática ilegal na qual você é coagido a entregar dinheiro a indivíduos que sequer tomarão conta do seu carro, mas, caso se negue ao pagamento, podem danificar os veículos. Chamou atenção também ao aumento do número de vendedores de semáforo. Dirigindo-se ao Vereador Leonardo França, Paulo duvida que o Poder Público não tenha ciência do avolumamento de ambulantes e flanelinhas, por ser fato notório. Destaca que, tratando-se de assédio às crianças, é um caso diferente, prejudicando seu direito de ir e vir. Diz que o Poder Público vem demonstrando conivência, acabando por transmitir uma imagem negativa. Afirma que, por questões de proximidade, buscou auxílio do Vereador Eduardo do Blog, organizando-se a Audiência Pública, cuja ocorrência se presta a denunciar os acontecimentos, excluindo do Poder Público qualquer possibilidade de eximir-se de quaisquer responsabilidades. Sustentou que o problema precisa de soluções pelo Poder Público para que não gere problemas à população. O Vereador Eduardo do Blog comentou que, apesar de qualquer coisa, gerir uma Cidade não é



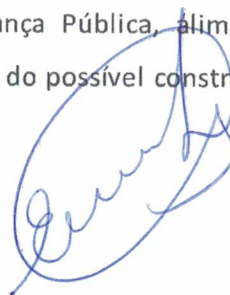
tarefa fácil, sendo de extrema importância o contato com a Sociedade para esclarecer o *modus operandi* de seus representantes. O vereador Leonardo França, dirigindo-se ao Sr. Paulo Azevedo disse que o quarto mandato foi recentemente assumido, lembrando soluções já implementadas como na questão dos moradores de rua que destruíam coletores de energia após reiteradas manutenções pelo Poder Público. Salientou que suportaram o período das catástrofes climáticas de 2022, oferecendo ações de resposta na medida do possível, dado o vasto número de demandas, além das corriqueiras associadas à educação, saúde e assistência social, por exemplo. Com a identificação da questão dos moradores de rua, o problema, segundo o Vereador, foi solucionado, reintegrando os moradores de rua à sociedade, garantindo-lhes trabalho. Disse que apesar de muitas demandas, acredita que o Governo está no caminho certo. O vereador Eduardo do Blog ressaltou a presença do Conselheiro Tutelar - Sr. Antonio Cesar e do ex-Vereador - Pastor Antonio Brito. Referindo-se ao Presidente do SICOMÉRCIO (Sindicato do Comércio Varejista de Petrópolis) - Sr. Marcelo Fiorini, o Vereador Eduardo destacou que, apesar da iniciativa da Audiência Pública por parte de mães e pais das crianças que estão sendo afetadas pelos ambulantes, quando convite foi enviado ao SICOMÉRCIO, a organização já apontava diligências acerca da questão, destacando a importância do Sindicato, ao passo que os comerciantes são os principais geradores de renda e emprego na Cidade. Salientou que a geração de emprego e renda é a melhor política social, garantindo dignidade às pessoas, pelo que, segundo o Vereador, não podemos ter o comércio prejudicado por pessoas que, infelizmente, estão utilizando o espaço do nosso Município para cometer crimes e para prejudicar a economia. Com a palavra, o Sr. Marcelo Fiorini contou ter morado na Rua Irmãos D'angelo quando jovem e estudou no colégio Ipiranga. Disse que com oito anos ia sozinho para a escola e nunca foi abordado, pelo contrário, era uma outra cidade, outra realidade. Disse que o problema vai além dos relatos, estabelecendo-se em Petrópolis, segundo ele, uma indústria perigosa de indivíduos que, trazidos para cá, infiltram-se na Cidade. Memora casos de pontos do Rio de Janeiro que, por problemas semelhantes, impossibilita-se o deslocamento, transformando os pontos turísticos em zonas fantasmas em horários noturnos. Apontou a presença do Presidente do Conselho de Segurança, destacando seu efetivo trabalho, integrando as Polícias e chegando à solução de diversos problemas. Disse que a questão prejudica não só o direito de ir e vir das crianças e adolescentes, como prejudica o comércio e intimida todos os cidadãos. Parabenizou o Vereador Eduardo do Blog pela iniciativa da Audiência Pública, salientando que a discussão, em amparo das autoridades, deve ser levada adiante para que seja alcançada uma solução definitiva. Disse que os vendedores licenciados, pagadores de impostos, auxiliam a economia e dependem de turistas. Sustenta que Petrópolis, uma Cidade conhecida pela segurança, se vê afastada deste título, acarretando em prejuízos ao



turismo por este fator somado às fortes chuvas de fevereiro e março, memorando a situação da Rua Tereza, geralmente deserta. Reclamou ainda da situação dos "flanelinhas" dizendo que, apesar das numerosas demandas e da limitação de recursos do Poder Público, o problema deve ser enfrentado. Apresentou à Mesa um Ofício enviado ao Gabinete do Prefeito, demonstrando que notificou o Poder Público acerca dos problemas. O Vereador Eduardo do Blog ressaltou que, em conjunto com o Vereador Léo França, estruturou ações imediatas pela solução dos problemas. Passada a palavra ao Sr. Heitor Carneiro, representante do SICOMÉRCIO na Rua 16 de Março, salientou que o problema é notório, agradecendo pela audiência que, por seu turno, coincidiu com o pleito do Sindicato à Prefeitura. Sustentou que o problema não se iniciou recentemente, mas acredita no alcance de uma solução efetiva. Com a palavra, a Sra. Alvanei Abi Daoud, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança, informou que há três anos participa do referido Conselho, notando uma forte integração entre as forças policiais em Petrópolis. Informou sobre as reuniões do Conselho que ocorrem toda última segunda-feira do mês, contando com a participação da Guarda Municipal, Conselho Tutelar, Defesa Civil, SSOP, entre outros órgãos, convidando a Mesa à participação. Disse que já recebiam reclamações acerca do problema anteriormente ao atual Governo. Afirma que no dia oito de julho de 2022, um menor de 13 anos foi conduzido à delegacia após intimidar uma menina em frente ao Banco Bradesco. Na sede policial, teriam sido constatadas outras cinco passagens do menor. Estimulou uma campanha para evitar a compra dos produtos destes vendedores, ao passo que, muitas vezes, a carga comercializada tem origem de roubo. Salientou a importância da ronda policial exercida pela Polícia Militar. Afirmou que a Instituição exerce trabalho para impedir a entrada destes indivíduos na Cidade, afirmando que muitos deles entram pela Serra Velha. Sustenta que, no entanto, um dos elementos que prejudicam a efetividade das ações da polícia é a falta de viaturas a serviço da Guarda Municipal, que deve agir em conjunto com a Polícia Militar. Outro problema, segundo a Presidente, é a falta de fiscais a serviço da Secretaria de Postura, funcionários estes emprestados à CPTRANS. Rogou pela participação do Conselho Tutelar em conjunto à Guarda Municipal. Lembrou que a Cidade conta ainda com excelentes membros do Ministério Público e do Tribunal de Justiça em atuação nas Varas da Infância, da Juventude e do Idoso. Dada a palavra ao Conselheiro Tutelar, Sr. Antônio César, cumprimentou a mesa, dizendo estar honrado em poder participar da Audiência. Disse que o Conselho Tutelar não é um Órgão de fiscalização, pelo que a aplicação de medidas socioeducativas em menores que cometem ato infracional análogo a crime não é atribuição do Conselheiro. Apontou a necessidade de observância às atribuições do Conselheiro Tutelar, estas taxativamente descritas no artigo 136 da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Apontou a limitação das atribuições do Conselheiro a dar uma



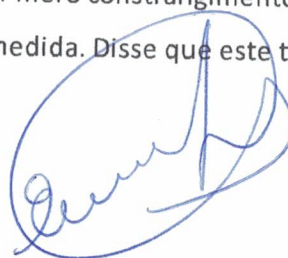
advertência, não sendo juridicamente competente para tirar uma criança do colo de sua mãe. Segundo o Conselheiro, quem manda "prender", "soltar" ou "buscar" é o Poder Judiciário. Tem a Treze de Maio a noite que fui o primeiro a dar a ideia de trabalharmos juntos. Disse que veículos sobem pela Serra Velha, transportando menores submetidos à exploração na "indústria do pedinte". Salientou que o Conselho Tutelar conta com cinco Conselheiros, havendo sempre um deles de plantão, no entanto contam, tão somente, com um veículo, corriqueiramente pedindo socorro à Guarda Municipal para cobrirem ocorrências. A Conselheira Tutelar, Suanny Pitora, pediu a palavra dizendo que acredita que será muito importante o trabalho que está sendo desenvolvido. Disse, inclusive, participar das reuniões do Conselho Comunitário. Afirma que o desenvolvimento dos trabalhos garantir-lhe-á mais segurança enquanto mãe, colocando-se à disposição pelo alcance de soluções. O Vereador Eduardo do Blog agradeceu as palavras da Conselheira, enfatizando ter assumido a Presidência da Comissão de Defesa da Criança, do Adolescente, das Pessoas com Deficiência e do Idoso há cerca de trinta dias antes da Audiência, buscando prontamente a integração com os pais e comerciantes através da Audiência Pública. O Vereador salientou a importância do trabalho conjunto, exemplificando por fiscalização que realizou na sede da Enel, na qual solicitou a presença do PROCON, ao passo que, enquanto o Vereador fiscaliza, o PROCON pode notificar a empresa e até multá-la. Da mesma forma, o Parlamentar exemplificou uma fiscalização a uma empresa de ônibus, atividade na qual buscava amparo da CPTRANS. Neste rumo, segundo o Vereador, deveriam ser tomadas as ações imediatas de solução, reunindo esforços das autoridades competentes, sem implicar em qualquer sobrecarga ao Conselho Tutelar. Ressaltou a importância em mapear as ocorrências a fim de estabelecer noções claras sobre o cenário. Com a palavra, o Major Joel do 26º B.P.M. cumprimentou todos os presentes. Invocou ditame Constitucional, estabelecido pelo artigo 144 da Carta Maior de 1988, memorando que "a segurança pública é dever do estado e responsabilidade de todos", reiterando que o Poder Público, principalmente a Polícia, não é onisciente e depende do repasse de informações pela sociedade civil. Destacou, acerca das várias notas de assédio sexual realizadas em audiência, que o Batalhão registrou, tão somente, uma ocorrência do crime em 2022, realizada no dia 24 de janeiro às 14h30min, que teria ocorrido na Rua Irmãos D'Ângelo, figurando como vítima uma menina de 14 anos. Ressaltou a importância dos registros para organização do policiamento, cuja responsabilidade seria do enunciador, informando ainda que, apesar de possível o acompanhamento através de redes sociais, não se trata de um meio satisfatório de inteligência. Com o devido registro, segundo o Major, a ocorrência é registrada junto ao Instituto de Segurança Pública, alimentando o ISGeo e otimizando o trabalho da Polícia. Salientou que, apesar do possível constrangimento às famílias



decorrente dos registros, não há outro meio de realizar o mapeamento, tratando-se, inclusive de uma forma de auferir a qualidade do trabalho policial, possibilitando a cobrança social a partir do momento que uma ocorrência é levada a conhecimento, o que, conseqüentemente, exige providências pelo Estado. Memorou a atividade desempenhada pelo Juizado de Menores no passado, salientando, no entanto, que o modelo de trabalho foi rejeitado pelo Estado, restando a proteção integral. Disse o Major que os menores que entram na Cidade só se preocupam com seus direitos, esquecendo-se de seus deveres que, por seu turno, não lhes são apresentados. Sustentou ainda que o modelo estatal atualmente imposto antagoniza e limita os poderes policiais que, em meios acadêmicos, são interpretados como vetores de racismo estrutural, sendo que este cenário deve ser considerado pela população para evitar responsabilização desmoderada sobre as Polícias. Ressaltou, uma vez mais, a importância da transmissão de conhecimento sobre as demandas às polícias, rogando para que a sociedade não se desincumba disto. O Vereador Eduardo do Blog abriu oportunidade para que o público presente na plenária se manifestasse. Dada a palavra à Sra. Célia, relatou ocorrências envolvendo os vendedores ambulantes. Disse que em 2020 um rapaz que vendia perfumes iniciou conversa dizendo que a conhecia. Ofereceu-lhe perfumes em uma sacola e, apesar da negativa de Célia em adquiri-los, insistiu na venda, requerendo que a senhora pagasse "com o que tivesse". Tão somente em posse de dois reais, o vendedor tomou-lhe a sacola em meio a reclamações. O mesmo vendedor teria abordado-a em outra oportunidade mas, já em conhecimento do ocorrido, Célia não lhe deu abertura. Narra que estes indivíduos pedem para que as pessoas comprem mercadorias para que eles realizem a revenda, manifestando receio em revelar seu *modus operandi* a terceiros pois, em oportunidade que teria alertado duas senhoras, Célia teria sido hostilizada pelos vendedores e chamada de "dedo-duro". Passada a palavra ao Sr. Antônio Brito, o Ex-Vereador de Petrópolis afirmou que o problema vai além do que se imagina. Ressaltou que a mencionada responsabilidade do Estado não deve considerá-lo, tão somente enquanto Ente Federativo, mas sim toda a questão estrutural do próprio Estado. Sustenta que a Audiência Pública deveria ser realizada em local com capacidade para comportar duas mil pessoas, com pessoas de vários pólos comerciais da Cidade. Disse que a alegação de que a Guarda Municipal não tem viaturas não é uma desculpa e sim uma realidade. Afirmou ainda que, enquanto Vereador, conseguiu verbas para aquisição de duas viaturas para a G.M. mas, por questões burocráticas, não foram adquiridas e, atualmente, não seria mais possível adquirir os veículos com a referida verba. Salientou que o Órgão com familiaridade para tratar o problema é a Guarda Municipal, tratando-se inclusive de questão cultural em Petrópolis, sustentando, de toda forma, que a Polícia Militar cumpre seu papel com excelência. Destacou a importância da Câmara dos Vereadores que, apesar da



mudança em suas cadeiras, se mantém enquanto Instituição, assim como Conselhos, Prefeituras e Batalhões. Apontou que a Guarda Municipal carece de medidas como Concursos Públicos para ingresso e investimentos, ao passo que seu efetivo diminui por motivos diversos e a Entidade não conta com viaturas suficientes. Sustenta que, caso as condições estruturais da G.M. fossem satisfatórias, a situação seria diferente. Antônio disse que frequentemente é abordado por garotos quando caminha com a família próximo à 105ª Delegacia de Polícia, havendo importunação também quando se senta em galerias. Referindo-se ao Vereador Leonardo França, manifestou seu respeito, afirmando que o Prefeito tem fama de "ter pulso", tendo capacidade de apresentar resposta aos apontamentos realizados na Audiência Pública. Disse esperar que no ano que vem realize-se outra audiência sobre o assunto para que a solução avance. Sustentou, por fim, que a cultura da boa convivência, responsabilidade de todos, vem se perdendo em Petrópolis, carecendo as emissoras locais de programações educativas apesar da disponibilidade de verbas de publicidade ao Poder Público. Passada a palavra ao Sr. Adilson, que estava na plateia, marido da Sra. Ana Cristina e pai da menina de 14 anos que relatara episódio de assédio, afirmou ser cidadão petropolitano e que saiu da cidade com quinze anos, retornando no ano de 2006 pela manifesta segurança da Cidade, afirmando ainda sustentar a qualidade da Cidade a conhecidos. Disse que a filha de 14 anos é a terceira de três filhos, sendo que seus outros filhos, de 29 e 24 anos, residem no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, respectivamente. Afirmou que os mais velhos estudaram no Colégio Bom Jesus e sempre se locomoveram a pé e de ônibus sem problemas. Destacou que o episódio suportado pela filha impede-a de comparecer à psicóloga ou cruzar o Centro da Cidade, pois ela não se vê livre da situação. Disse que, passando com a filha pela Rua Dezesesseis de Março, a menor identificou o autor dos fatos, pelo que o Pai teria abordado-o, dizendo para não mais fazer isso. Neste momento, um terceiro indivíduo interveio, perguntando se Adilson "queria brigar", pelo que o responsável negou a indagação. Em seguida, perguntou ao Major Joel onde poderia prestar queixa do ocorrido, se seria na Delegacia do Retiro. Respondendo-lhe, o Major disse que sim, ressaltando a importância de levar as questões a conhecimento da Polícia, destacando ainda a possibilidade de contato pelo nº 190 ou através das viaturas instaladas no Centro de Petrópolis. O policial informou sobre a impossibilidade de remoção dos menores, invocando a necessidade de união do Poder Público para alcance de uma solução. O Vereador Eduardo do Blog disse que, em conjunto com o Vereador Leonardo França, a questão será levada ao Ministério Público a fim de respaldar a atuação da Guarda Municipal, das Polícias e da Secretaria de Postura. O Major Joel que complementou sua fala, exemplificando que um flanelinha não pode ser conduzido à Delegacia por mero constrangimento, sendo necessária a comprovação de uma ameaça grave para justificar a medida. Disse que este tipo de questão entra



no discurso de se tratar de um problema social, acreditando, no entanto, que o constrangimento de estacionar seu carro, obrigando-se a pagar um flanelinha sob risco de ter seu carro danificado, não se trata de um problema social e sim de uma agressão. Afirmou que a Polícia (Militar) não consegue resolver este problema sozinha, necessitando do amparo da Polícia Civil e do Poder Judiciário. Com a palavra a Sra. Alvanei, Presidente do Conselho de Segurança, refletiu que muitos tecem reclamações mas nem todos participam na solução do problema como aqueles presentes à Mesa. Destacou a necessidade da atuação policial por toda a Cidade em conjunto da participação social através das denúncias e recurso à Polícia. Dirigindo-se ao Vereador Eduardo do Blog, enquanto Presidente da Comissão de Defesa da Criança, do Adolescente, da Pessoa com Deficiência e do Idoso, apontou o problema da "saidinha dos bancos" praticada contra idosos. Salientou a necessidade de substituição da mera reclamação pela efetiva luta pelos direitos, destacando a competência da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Petrópolis, bem como da Promotoria da Infância, da Juventude e do Idoso da mesma, afirmando que nossa Cidade conta com uma integração ímpar, servindo de exemplo ao Instituto de Segurança Pública. Destacou a existência de problema em relação à Postura e à Guarda Municipal, sendo que o restante funciona corretamente. Transferida a palavra ao Sr. Abrantes, afirmou ter sido acolhido por Petrópolis, afirmando que o próprio e um amigo já foram agredidos. Destacou a colocação do Major Joel acerca do racismo, colocando "vocês não têm ideia do que eu passo". Parabenizou os depoentes pela coragem em exposição dos ocorridos e pela presença à Audiência. Por fim, parabenizou o Vereador Eduardo do Blog, manifestando esperança em mudança por sua geração. O Vereador Eduardo do Blog lembrou ter se reunido com as mães cinco dias antes da realização da Audiência Pública, agradecendo a presença de todos. Com a palavra, o Vereador Leonardo França, disse ter entrado em contato com Rafael José Simão, Secretário e Coordenador Especial no Governo do Prefeito Rubens Bomtempo, dizendo que ele já se colocou à disposição para uma reunião ao dia seguinte da Audiência Pública, dia 20 de dezembro de 2022, convidando todos os ali presentes, informando a presença de representantes do Poder Executivo, CPTrans, Guarda Municipal, Secretaria de Fazenda, Fiscalização e Postura a fim de aumentar a supervisão pública na época de fim de ano, garantindo o comércio da Cidade. O Vereador Eduardo do Blog agradeceu ao Vereador Leonardo França e às vinte e uma horas, onze minutos e quarenta segundos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e dois deu-se por encerrada a Audiência Pública. Eu, Cleusa Miloni dos Reis de Marco, Assistente de Apoio às Comissões, escrevo esta ata para constar e assino.

Cleusa Miloni dos Reis de Marco

Eduardo S. de Oliveira

**Vereador Presidente da
Comissão da Criança e do
Adolescente, das pessoas
com deficiência e do Idoso**

Petrópolis, 19 de dezembro de 2022.